

AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA NO SÉCULO XXI

Guanziroli, Carlos et al. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

*Por Eduardo Sol Oliveira da Silva**

O GOVERNO FEDERAL E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SEMPRE TIVERAM DIFICULDADES EM CONCEBER DECISÕES SATISFATÓRIAS E OBJETIVAS SOBRE A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. ATUALMENTE, COM UM LÍDER DE ORIGEM POPULAR NO COMANDO DO BRASIL, O DEBATE ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA CONTINUA NÃO OBTENDO ENTENDIMENTOS E DECISÕES EFETIVAS DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRA E RENDA NO CAMPO. PELO CONTRÁRIO, OS EMBATES ENTRE O MST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA E O GOVERNO COMEÇA A DEFLORAR SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO CAMPO, O QUE DIFICULTA AINDA MAIS AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO IGUALITÁRIO NO CAMPO.

NO BOJO DESTA PROBLEMÁTICA ESTÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES QUE VÊM OBTENDO DESTAQUE DEVIDO ÀS SUAS FORMAS DE PRODUÇÃO SOCIAL E ECONOMICAMENTE VIÁVEL, MAS AINDA NÃO SÃO PRIORIZADOS COMO MODELO DE AGRICULTURA NO CAMPO BRASILEIRO. A DIVISÃO DA PROPRIEDADE POR HERANÇA; A FALTA OU AUSÊNCIA DE POLÍTICAS AGRÍCOLAS DE INVESTIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR; AS DIFICULDADES DE COMERCIALIZAÇÃO; OS BAIXOS RENDIMENTOS NA PRODUÇÃO; A POUCA PRODUTIVIDADE E AS DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS SÃO ALGUNS DOS PROBLEMAS QUE DIFICULTAM A SOBREVIVÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO BRASIL. MUITOS DESSES AGRICULTORES, EM RAZÃO DOS PROBLEMAS ACIMA RELACIONADOS, NÃO CONSEGUEM MANTER A PROPRIEDADE DANDO ORIGEM A UM NOVO GRUPO DE SEM-TERRAS, DESEMPREGADOS DA PERIFERIA URBANA OU POSSÍVEIS ASSENTADOS NO CAMPO—FORMA DE REFORMA QUE OS GOVERNOS DIZEM FAZER.

NESTE CONTEXTO, A PRESENTE OBRA FAZ UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, RETRATANDO “AS ETAPAS DA REFORMA AGRÁRIA” E UM EXERCÍCIO DE TIPOLOGIA A PARTIR DOS DIFERENTES TIPOS DE PRODUÇÃO. É IMPORTANTE RESSALTAR QUE OS AUTORES FIZERAM PARTE DE UM PROJETO POLÍTICO IMPLEMENTADO PELO GOVERNO 1998-2002 VINCULADOS DIRETAMENTE AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO—MDA.

O CAPÍTULO 1 REDISCUTE O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA. OS AUTORES SUSTENTAM A IDÉIA DE QUE A AGRICULTURA FAMILIAR GERA MAIS OCUPAÇÕES DO QUE A AGRICULTURA PATRONAL, UTILIZA DE FORMA MAIS EFICIENTE OS RECURSOS “ESCASSOS” TERRA, TRABALHO E CAPITAL, E IRRADIA MAIS DESENVOLVIMENTO LOCAL. OS AUTORES AINDA REFUTAM A TESE DE QUE NÃO HÁ ESPAÇO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR, A QUAL NÃO SERIA SUSTENTÁVEL EM UMA ECONOMIA CADA VEZ MAIS COMPETITIVA. AO CONTRÁRIO, A EVOLUÇÃO ECONÔMICA GERA INÚMERAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS, NAS QUAIS OS PRODUTORES FAMILIARES TÊM GRANDES VANTAGENS EM RELAÇÃO À GRANDE EMPRESA.

* Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica/FAPERJ do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense. E-mail: edusol99@bol.com.br.

O CAPÍTULO 2 RETOMA UM DOS PRIMEIROS PROJETOS QUE TRAÇOU O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA, O CONVÊNIO FAO/ INCRA DE 1995. TOMANDO COMO BASE AS TABULAÇÕES ESPECIAIS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1995-96, ESTE PROJETO TRAÇOU OS CONTORNOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, E AINDA, REATIVOU O DEBATE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR DEMARCANDO OS LIMITES DO DEBATE. ALGUNS DOS PRINCIPAIS NÚMEROS DO PROJETO APONTAM PARA A GRANDE CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DE TERRA – 85,2% DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SÃO EXPLORADOS POR PRODUTORES FAMILIARES, OCUPANDO 30,5% DAS TERRAS AGRICULTÁVEIS E RESPONDENDO POR 37,9% DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA – PARA A RELAÇÃO DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRIBUSINESS – RESPONDENDO POR 31,6% DA PRODUÇÃO DE SOJA, 39,9% DA PRODUÇÃO DE AVES E 48,6% DA PRODUÇÃO DE MILHO – E PARA A EXISTÊNCIA DE GRANDES BOLSÕES DE POBREZA EM TORNO DA AGRICULTURA FAMILIAR – 2,7 MILHÕES DE UNIDADES PRODUTIVAS NÃO GERAM RENDA SUFICIENTE PARA ASSEGURAR A SUBSISTÊNCIA DIGNA DAS FAMÍLIAS.

O CAPÍTULO 3, EXTREMAMENTE TÉCNICO, ANALISA OS PRINCIPAIS SISTEMAS DE PRODUÇÃO UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES E REVELA A TENTATIVA DE SOBREVIVÊNCIA EM CONDIÇÕES MUITAS VEZES ADVERSAS. ASSIM, ENCONTRAMOS A UTILIZAÇÃO “EFICIENTE” DOS RECURSOS ESCASSOS, SISTEMAS DE PRODUÇÃO DIVERSIFICADOS QUE REDUZEM O RISCO ECONÔMICO E ELEVAM O AUTO-SUPRIMENTO DE ALGUNS COMPONENTES BÁSICOS DA DIETA ALIMENTAR E ALGUNS PONTOS CRÍTICOS QUE AINDA NÃO ENCONTRARAM UMA INTERVENÇÃO POR PARTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

O CAPÍTULO 4 APRESENTA AS RECENTES EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS AGRÁRIAS NO BRASIL. ESPECIFICAMENTE, O CAPÍTULO DISCORRE SOBRE AS IMPLEMENTAÇÕES ADOTADAS PELO GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NO CAMPO BRASILEIRO. OS AUTORES DESTACAM A CRIAÇÃO DO PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DOS CONSELHOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL, DO BANCO DA TERRA COMO EMPRÉSTIMOS PARA COMPRA DE TERRAS E A REFORMA AGRÁRIA BASEADA NA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS.

O TEMPO NOS REVELOU AS BOAS EXPERIÊNCIAS DE ALGUMAS POLÍTICAS E A INEFICIÊNCIA DE OUTRAS. NA PRÁTICA, PERSISTEM MUITOS PROBLEMAS NO CAMPO QUE NÃO TEM NENHUMA PREVISÃO DE RESOLUÇÃO, SENDO QUE O IMPASSE ENTRE GOVERNO E MOVIMENTOS SOCIAIS ATRASA AS REFORMAS QUE A SOCIEDADE NECESITA. O ESTUDO APRESENTADO PELO LIVRO AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA NO SÉCULO XXI, É IMPORTANTE NO SENTIDO DE APRESENTAR UM PANORAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E REDISCUTIR A QUESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM UMA SOCIEDADE CAPITALISTA PAUTADA PELAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS, QUE ATINGEM O CAMPO COM UMA GRANDE INTENSIDADE E TORNAM NECESSÁRIA A IMPLEMENTAÇÃO E REDISCUSSÃO DE ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS.